



# Prefeitura Municipal de Carvalho

ESTADO DE MINAS GERAIS

## LEI MUNICIPAL DE Nº 1305 /2018.

DISPÕE SOBRE A REGULAMENTAÇÃO DA **ATIVIDADE DE COMÉRCIO OU PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS AMBULANTES** NAS VIAS E LOGRADOUROS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CARVALHOS - MG.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CARVALHOS, no uso de suas atribuições legais faz saber que a Câmara Municipal de Carvalho-MG aprovou e eu sanciono e promulgo a presente lei:

Art. 1º. - Fica disciplinado o exercício de **atividade de comércio ou prestação de serviços ambulantes nas vias e logradouros públicos do Município de Carvalho**, observados os critérios e as disposições instituídos nesta Lei;

Art. 2º. - Todo cidadão poderá exercer a atividade aqui denominada de **VENDEDOR AMBULANTE**, em logradouros públicos, desde que preencha os requisitos inseridos neste texto legal, ficando obrigado a respeitar e cumprir as determinações constantes desta Lei, a qual dirime e resolve questões pertinentes à atividade;

Art. 3º. - Poderá exercer a atividade de ambulante a pessoa física, civilmente capaz, que exerça atividade lícita de venda a varejo de mercadorias autorizadas, por conta própria, em vias e logradouros públicos, portando a devida autorização administrativa, com prazo predeterminado de validade;





# Prefeitura Municipal de Carvalho

## ESTADO DE MINAS GERAIS

Art. 4º. - Não se considera comerciante ambulante, aquele que exerce sua atividade em condições que caracterizem a existência de vínculo empregatício com o fornecedor da mercadoria comercializada;

Art. 5º. - O Poder Executivo Municipal, emitirá dois tipos de autorizações para a exploração do espaço urbano por ambulantes:

I - Alvará de Localização e Funcionamento;

II - Licença Provisória.

§ 1º A autorização de que trata o inciso I deste artigo será concedida ao ambulante que for optante pelo Simples Nacional ou enquadrado como Microempreendedor Individual (MEI), ou PESSOA FÍSICA;

§ 2º Haverá um limite de autorização a ser concedida pelo Poder Executivo Municipal, que será regulamento por Decreto Municipal.

§ 3º. - Deverão constar no Alvará de localização e funcionamento/Licença e na Licença Provisória:

- a) nome do vendedor ambulante;                      - b) foto atualizada;
- c) o número de identificação;                      - d) descrição do ramo de atividade;
- e) horário e local onde a atividade será exercida;
- f) prazo de validade ;                      g) nome do auxiliar, quando necessário.

§ 4º. - O Alvará de localização e funcionamento terá validade até 31 de dezembro do ano de sua expedição;





# Prefeitura Municipal de Carvalho

## ESTADO DE MINAS GERAIS

Art. 6º. - O Poder Executivo Municipal poderá, sempre que necessário, requerer certidão negativa de débitos em todas as esferas, para o ambulante;

Art. 7º. - A licença Provisória será autorizada apenas pelo tempo que durar o evento que a justificou, e a ambulantes que venham exercer a atividade por períodos inferiores há cinco dias;

Art. 8º. - O Poder Executivo municipal poderá remanejar os pontos de comércio ambulante, em qualquer momento, sendo o titular da licença ou do alvará de localização e funcionamento comunicado no prazo mínimo de 60 (sessenta) dias;

Art. 9º - O Alvará de localização e funcionamento ou a Licença Provisória devem estar sempre no local autorizado para a exploração comercial;

Art. 10 - A Licença Provisória e o Alvará de localização e funcionamento especificarão o produto a ser comercializado em:

I - gêneros alimentícios; II - gêneros alimentícios industrializados;

III - bebidas;

IV - trabalhos artísticos, artesanais e manuais;

V- outros mediante aprovação do Poder Executivo Municipal, através do Setor Municipal da Cultura e/ou Setor Tributário do município.

§ 1º. - Em datas comemorativas, todos os ambulantes poderão comercializar produtos relacionados ao evento, desde que não haja proibição expressa em Decreto, Portaria e/ou legislação pertinente;

§ 2º. - Para os efeitos deste artigo caberá ao Poder Executivo Municipal determinar o período abrangido por cada data comemorativa em nossa Cidade.







# Prefeitura Municipal de Carvalho

## ESTADO DE MINAS GERAIS

Art. 11 - Os alvarás deverão ser renovados anualmente até o dia 31 de março do ano seguinte ao seu vencimento, e quanto aqueles concedidos de forma provisória, deverão ser emitidos todas as vezes que em for exercida a atividade de ambulante no Município, desde vencido o prazo concedido para cada uma delas;

Parágrafo único: No caso de não renovação no prazo estabelecido a Licença/Alvará será automaticamente cancelada e o ponto será considerado vago, podendo ser ocupado por outro ambulante devidamente cadastrado no Setor Municipal de Fazenda e /ou Setor Tributário Municipal.

Art. 12- O Poder Executivo Municipal poderá conceder licenças especiais para exploração do espaço público por ambulantes, em datas específicas como Carnaval e Ano Novo, Festa da Cidade, entre outras;

Art. 13 - A autorização do comerciante ambulante é pessoal e intransferível, e concedida a título provisório, devendo o Poder Executivo Municipal concluir parecer sobre o seu pedido no prazo máximo de 30 (trinta) dias, não se aplicando tal prazo no caso de ambulante que permaneçam por período de até cinco dias no exercício do comércio ambulante no Município;

§1º - No caso de falecimento ou comprovada incapacidade para o exercício da atividade, a licença passará automaticamente para o cônjuge, herdeiro ou companheiro, devendo a mesma ser renovada automaticamente;

§2º - O requerimento de transferência, acompanhado do laudo de incapacidade ou certidão de óbito, deverá ser encaminhado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias.





# Prefeitura Municipal de Carvalho

## ESTADO DE MINAS GERAIS

Art. 14 - Cada ambulante só poderá possuir uma única Licença ou Alvará, ou seja, 01 (uma) por CNPJ ou C.P.F. ;

Art. 15 - Cada ambulante terá direito a mais um crachá de identificação para funcionário ou sócio;

Art. 16 - O comércio ambulante poderá ser exercido através de:

I - carrocinha; II - caixa a tiracolo; III - isopor ou similar; IV - barraca;

V - motorizado;

VI - Outro meio definido pela Administração Pública Municipal.

Art. 17 - Fica permitido, somente a ambulantes que comercializem alimentos produzidos para consumo imediato, a disposição de cinco assentos sem encosto;

Parágrafo único: Os assentos poderão ficar dispostos, em local pré-estabelecido, desde que não limite ou impeça a circulação de pessoas e/ou veículos.

Art. 18 - Os vendedores ambulantes que comercializarem gêneros alimentícios em geral terão obrigatoriedade de colocar lixeiras em seu ponto de comércio, em número suficiente para a demanda, ficando responsável pela limpeza do espaço liberado para o exercício de sua atividade, inclusive o recolhimento do lixo;

Art. 19 - Nenhum ambulante poderá emitir sinais sonoros para chamar atenção para a venda do seu produto;





# Prefeitura Municipal de Carvalho

## ESTADO DE MINAS GERAIS

Art. 20 - O estacionamento de trailers somente será permitido no entorno de praças e do parque de Exposição ou a critério do Poder Executivo Municipal com prévia autorização, nos termos dessa lei;

Art. 21 - Se a atividade desenvolvida pelo ambulante for passível de vistoria da Vigilância Sanitária, a estrutura do mesmo deve atender às normas sanitárias, bem como a que se refere a armazenamento de gêneros alimentícios, utilização de freezer para refrigeração de bebidas e alimentos, preparo de alimentos em chapas e panelas e outros utensílios e outros casos exigidos sujeitos a fiscalização;

Art. 22 - Os veículos utilizados para “foodtrucks” deverão estar devidamente licenciado junto ao Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN e atender, no mínimo, aos seguintes requisitos para expedição da licença para a exploração da atividade:

I - constar no Certificado de Registro e Licenciamento de Veículos - CRLV a classificação do veículo, a qual possibilite a exploração comercial, nos moldes da regulamentação de trânsito;

II - estar devidamente vistoriado e licenciado pela Vigilância Sanitária;

III - manter em dia com o Certificado de Registro e Licenciamento de Veículos - CRLV;

IV - deverá ser protocolado no Setor Municipal da Cultura e/ou no Setor Tributário do município requerimento para concessão de licença/alvará, mediante pagamento de taxa prevista em norma específica.

Art. 23 - Os veículos utilizados para “foodtrucks” deverão possuir:







# Prefeitura Municipal de Carvalho

## ESTADO DE MINAS GERAIS

I - abastecimento próprio de água potável compatível com o volume de comercialização a ser realizada;

II - reservatório para acumulação de águas servidas compatível com o volume de água que será utilizada em bom estado de higiene e conservação;

III - fonte própria de energia elétrica.

Parágrafo único: a destinação final e adequada da água utilizada é de responsabilidade do licenciado, sendo vedado o descarte nas galerias de águas pluviais;

Art. 24 - O comércio ambulante está sujeito à legislação fiscal e sanitária do município;

§ 1º Para comercialização de produtos alimentícios deverão os vendedores ambulantes ter a licença emitida pelo departamento de Vigilância Sanitária do município;

§ 2º A licença e o alvará sanitário terá sua vigência de 01(um) ano, ou seja, 01 de Janeiro a 31 de Dezembro de cada ano, independente da data de sua solicitação e vencerá no final do exercício de cada ano, podendo ser revogado a qualquer tempo por interesse da Administração pública.

Art. 25 - São deveres e obrigações do vendedor ambulante:

I - no exercício do comércio ambulante deverá comercializar somente mercadorias especificadas no alvará e exercer a atividade nos limites do local previamente demarcado e dentro do horário estipulado pelo Poder Executivo Municipal;





# Prefeitura Municipal de Carvalho

## ESTADO DE MINAS GERAIS

II - expor e vender mercadorias em perfeito estado e condições de consumo e uso, observando, a legislação vigente;

III - portar-se com urbanidade e decoro, tanto em relação ao público em geral, quanto aos colegas de profissão, de forma a não perturbar a tranquilidade pública;

IV - transportar os seus bens de forma a não impedir ou dificultar o trânsito e os transeuntes;

V - acatar as ordens de fiscalização, exibindo, quando necessário e conforme o caso, o respectivo alvará;

VI - deixar exposto, de forma visível, o cartão de identificação e o Alvará ou Licença;

VII - exercer pessoalmente sua atividade.

Art. 26 - É proibido aos ambulantes:

I - ceder a terceiros, a qualquer título, a sua permissão de uso, local ou equipamento;

II - adulterar ou rasurar documentos necessários a sua atividade;

III - comercializar produtos tóxicos, farmacêuticos, inflamáveis ou explosivos, fogos de artifício, animais vivos, ou embalsamados, relógios, eletrônicos, joias, óculos, perfumes e outros sujeitos a Regulamento Federal;

IV - comercializar mercadorias ou prestar serviços em desacordo com a sua permissão;







# Prefeitura Municipal de Carvalho

## ESTADO DE MINAS GERAIS

V - o uso de energia elétrica pública às expensas do Município.

Art. 27 - As bancas deverão ter medidas de 60 cm (sessenta centímetros) de largura por 1.80 (um metro e oitenta centímetros) de comprimento e serão colocadas nos locais determinados (praça e entorno ao Parque de Exposição), desde que não prejudiquem o acesso a nenhuma loja ou estabelecimento comercial, ou outra medida a critério da Administração Municipal;

Parágrafo único: Entre uma banca e outra deverá ter uma distância mínima de 02 (dois) metros;

Art. 28 - As penalidades previstas para o descumprimento desta Lei são:

I - notificação:

- a) não se apresentar com roupas adequadas à atividade;
- b) não manter limpo o local de trabalho;
- c) utilizar buzinas, campainhas ou outros meios sonoros de propaganda;
- d) prejuízo do fluxo de pedestres ou veículos.

II - perda da mercadoria:

- a) comercializar sem autorização;
- b) comercializar produtos em desacordo com a autorização;
- c) comercializar produtos não estabelecidos por esta Lei;
- d) ocupação não autorizada de área pública por qualquer equipamento fixo ou móvel diferentes dos descritos nesta Lei;





# Prefeitura Municipal de Carvalho

## ESTADO DE MINAS GERAIS

e) comercializar produtos ilícitos.

§ 1º Caso ocorra reincidência em qualquer das penalidades descritas neste artigo, fica o ambulante sujeito a perda da Licença ou Alvará;

§ 2º A todo ambulante que estiver sujeito à perda da Licença ou Alvará deve ser garantido o direito de defesa.

Art. 29 - Toda mercadoria recolhida pelo Órgão Público competente por motivo de infração deverá ter auto de apreensão, contendo:

- I - o nome do Funcionário Público autuante com sua matrícula;
- II - o nome do ambulante com o número da sua licença ou alvará;
- III - o motivo da apreensão;
- IV - a lista de todas as mercadorias apreendidas.

Paragrafo único : No caso de apreensão de mercadorias, terá direito ao ambulante ao contraditório e ampla defesa através de procedimento específico a ser regulamentado pelo Poder Executivo, no qual se dor o caso se determinará o perdimento do bem ou produto apreendido e seu destino;

Art. 30 - Todo ambulante terá o prazo máximo de dois meses para retirar a sua mercadoria apreendida;

Art. 31 - A fiscalização do comércio ambulante será de competência do Poder Executivo Municipal (Setor Tributário Municipal e Vigilância Sanitária do município), contando sempre com apoio da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais;





# **Prefeitura Municipal de Carvalho**

## **ESTADO DE MINAS GERAIS**

Art. 32 - As despesas com a execução da presente Lei correrão por conta de verba orçamentária própria;

Art. 33- O Poder Executivo Municipal deverá criar Comissão Permanente de Comercio Ambulante, que ficará responsável por baixar atos administrativos complementares a esta Lei, estabelecendo critérios para o funcionamento do comércio ambulante no município de Carvalho – MG;

Parágrafo Único : As decisões e atos da Comissão Permanente de Comércio ambulante que importem na criação de regras que dificultem ou inviabilizem a atividade do Comercio ambulante no Município de Carvalho-MG , deverão ser ratificadas pelo Poder Legislativo, que terá poder de suprimir ou aditivar seu conteúdo, aplicando-se neste caso o rito da tramitação de projetos de lei daquela Casa Legislativa;

Art. 34 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Carvalho – MG, 06 de junho de 2018

  
**ANTÔNIO DE PÁDUA DE CARVALHO MOURA**

**PREFEITO MUNICIPAL**

